



Para reconstruir nossas contradições

Estudos diversos comprovam que a situação do “preariado” não só se mantém como se modifica e agrava com o ideário desenvolvimentista em curso.

O Brasil vive um período sem igual de aceleração das contradições. Vamos direto ao ponto. Conforme balanço do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2 – jun/2013), foi investido um total de 557,4 bilhões de reais (54,9% do previsto até 2014). Destes, aproximadamente um terço na área habitacional. O Programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV), contratou a execução de 2,58 milhões de unidades (1,57 milhão no PAC 2), sendo que 1,18 milhões foram entregues. O financiamento para o cooperativismo funciona desde 2004 (Crédito Solidário, depois MCMV – Entidades). Com todos os problemas, é um fato inédito na história do país.

Fazendo coro com Ermínia Maricato, com estas e algumas outras ressalvas (redução da miséria em 3/4, Bolsa Família, ProUni, Pronaf, PAA, Luz para Todos, etc.) podemos afirmar que aspectos estratégicos ficaram intocados, tais como o poder da esfera financeira e o clientelismo (este talvez se expandindo para dentro dos grandes partidos de esquerda). A questão ambiental não mereceu maior atenção e desandou com a política energética das barragens e termoeletricas (e com a manutenção do petróleo como matriz energética). A de-

marcação de terras indígenas e quilombolas ficaram em segundo plano em detrimento do produtivismo rural (que logrou novamente colocar agricultores contra eles).

Especialmente no que se refere à área da habitação, houve uma quantidade ciclópica de recursos transferidos diretamente do Orçamento Geral da União (OGU) para empresas privadas. Entendemos serem estes os principais problemas hoje: a privatização dos recursos públicos e a dificuldade de acesso a terra – o quase já batido “nó da terra”.

Em relação ao problema da democracia – que é o problema do poder popular – o que pare-

Entendemos serem estes os principais problemas hoje: a privatização dos recursos públicos e a dificuldade de acesso a terra – o quase já batido “nó da terra”.

ce estar cada vez mais evidente são os impasses. Os movimentos sociais mais antigos e estruturados nacionalmente pouco puderam avançar ou propor, visto que sua dependência (econômica) em relação aos governos, decorrente do fornecimento de quadros políticos para governo e pela operação compartilhada de políticas públicas como PAA ou MCMV-E, por exemplo, neutralizaram qualquer contestação política mais profunda.

Emergem, então, algumas movimentações que deixam perplexos tanto os governos quanto os próprios movimentos: são as grandes manifestações públicas a que chamamos de jornadas de junho do Movimento Passe Livre. Conforme Paulo Arantes, nas grandes cidades, não existe nenhuma outra esfera mais eficaz para a manifestação do desconforto com a urbe do que o transporte coletivo, no sonhar acordado das duas horas de ida e duas de volta, sofrimento social profundamente ligado ao mundo do “trabalho livre”, condição para se obter o que seriam direitos básicos como terra, moradia, alimentação, saúde, etc.

Estudos diversos comprovam que a situação do “preariado” não só se mantém como se modifica e agrava com o

ideário desenvolvimentista em curso. O planejamento urbano ligado especialmente à Copa do Mundo de 2014 é o exemplo paradigmático. As características do planejamento convencional – política urbana guiada pelos interesses das megaempresas, ausência de participação popular real, governança de coalizão de interesses, etc. – estão elevadas exponencialmente. As disputas políticas eleitorais, financiadas por estes mesmos interesses, colocam setores populares contra outros e os deixam fora das políticas públicas, enquanto seus “núcleos duros” disputam o poder.

Percebe-se, de início, que a política urbana do fim de ciclo caracterizado pela interdependência sistêmica (econômica e política) de todos os setores da sociedade, não tem demonstrado capacidade de atender aos cidadãos pela lógica do direito, muito menos de reorganizar a cidade para garantir os bens comuns. Nossos problemas de provisão dos direitos básicos necessários à vida, que com o desenvolvimento econômico deveriam estar em vias de serem solucionados, agora revelam com clareza sua genética capitalista com o acirramento das contradições de classe, a desorientação e o refluxo das movimentações sociais tradicionais. O projeto do “poder popular” não deu certo, a não ser, a altos custos, para fazer aparecer as contradições definitivas deste processo para que o superemos. Temos uma nova chance, começando agora.



Vida coletiva

Rede de Comunidades Autogestionárias – RCA

A síntese deste projeto social de desmercantilização da vida, gradativa e geracional, é retirar da pauta cotidiana a sobrevivência através do mercado e do estado para liberar as pessoas para a prática plena de todas as suas condições físicas e intelectuais em benefício do coletivo.

Em dezembro de 2011 iniciamos o 1º Ciclo Internacional Práticas de Morar: produção, gestão e vida coletiva. O ciclo resultou na aproximação com vários setores, incluindo a Cooperativa Mista Utopia e Luta - COOPSUL "ferramenta jurídica" do Assentamento Urbano Utopia e Luta, que ocupa o primeiro prédio público do Brasil doado e reformado com financiamento público para entidades.

Em maio de 2013 começamos a pensar uma estratégia conjunta entre Cidade, COOPSUL, Amigos da Terra, Núcleo de Economia Alternativa (NEA/UFRGS) e outras esferas da Universidade Federal. O resultado veio com o projeto da "Rede de Comunidades Autogestionárias", que, em 20 de julho, teve o seu primeiro encontro com abrangência nacional. O objetivo do encontro foi o de colocar à prova uma ideia: o primeiro passo para retomar o processo de resistência urbana com força, seria criar condições materiais para uma sociabilidade diferente. Para isto, pensamos em iniciar pela experiência do Assentamento Urbano Utopia e Luta e partirmos para a construção de uma rede de produção, organizada sobre territórios diversos, para o atendimento autônomo das necessidades básicas das pes-

soas e para o rompimento da dependência econômica.

A síntese deste projeto social de desmercantilização da vida, gradativa e geracional, é retirar da pauta cotidiana a sobrevivência através do mercado e do estado para liberar as pessoas para a prática plena de todas as suas condições físicas e intelectuais em benefício do coletivo. Surge daí três conceitos, que na realização do projeto podem ser tomados como "indicadores" dos resultados.

Práticas autogestionárias

Geração de renda com práticas que avançam no domínio da cadeia produtiva (tomada de decisão integral sobre o processo produtivo) e, por fim, elimina o patrão e os intermediários. Existe alguém que esteja desempregado e possa contribuir na formação de um coletivo a partir destes princípios? A ideia é que esta pessoa possa iniciar o trabalho imediatamente no local onde está, assessorado pela RCA. O público jovem e mulheres chefe de família têm sido os principais interessados em desenvolver as experiências.

Territórios coletivos

Constituição de bases geográficas que sejam referência de poder popular. Aqui o principal



Primeiro encontro do Projeto da Rede de Comunidades Autogestionárias, em 20 de julho de 2013, Porto Alegre



Reunião com secretária de habitação no complexo do KM 21 de Economia Solidária, em Bagé



Nanci Araújo apresenta o Assentamento Urbano Utopia e Luta



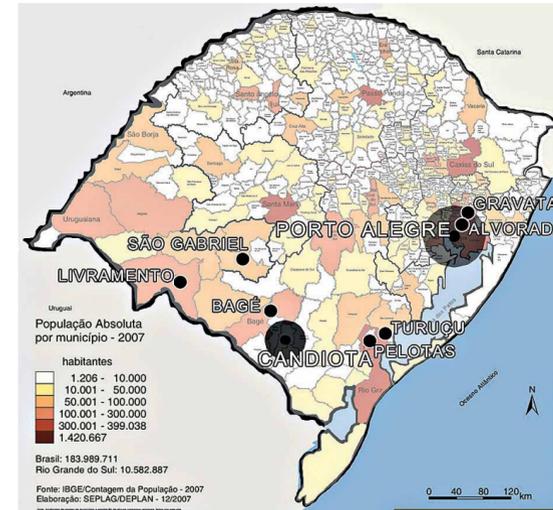
Primeiro contato do Cidade em Candiota



Oficina com primeiro grupo integrante do projeto em Candiota

Fotos: arquivo do Cidade

Núcleos de rede constituídos ou em tratativas



tema é a utilização de recursos públicos para que sejam devolvidos à sociedade em termos de consciência de classe e organização social. O tema da propriedade também é de fundamental importância. A discussão sobre a propriedade coletiva (propriedade da terra e das casas pela cooperativa) avança para a propriedade comunal, para a garantia dos bens comuns. A propriedade coletiva, apesar de necessitar apenas uma mudança na regra do financiamento do Programa Minha Casa, Minha Vida – Entidades, para ser efetivada na prática, tem diversas vezes à organização autônoma do território. Necessitaríamos de garantias mais profundas de gestão compartilhada, para que o clientelismo e a grilagem não vigorem sobre os territórios da RCA. O tema da garantia de terras públicas para o início imediato das práticas autogestionárias também aparece de forma recorrente, antes da moradia. As práticas autogestionárias são a garantia de territorialidade (qualidade do território) para as futuras moradias.

Rede

O trabalho em rede busca a complementaridade da auto-produção em todos os sentidos: troca de experiências, compartilhamento dos meios de

produção, apoio mútuo para a formação cultural, econômica, política, para a participação crítica em espaços institucionais, entre muitas outras possibilidades que surgem do caminhar e trazem identidade para cada grupo autônomo. A implantação da rede potencializa (e exige a efetivação!) tanto os territórios coletivos quanto as práticas autogestionárias, sempre sob os princípios do projeto.

O objetivo da rede é atender as necessidades materiais dos trabalhadores dentro da própria rede. Isto, porém, não é fácil. No início será necessário produzir para fora com uma política de geração de renda e, em médio prazo, com seu desenvolvimento, começar a circular dentro da própria rede de forma planejada. Somente desta forma se pode, gradativamente, desmercantilizar o trabalho de produção cooperativa, pois a ausência de patrão não garante, de maneira alguma, a ausência de produção de

mercadoria e de todos os fatores objetivos e subjetivos que isto implica em nível individual e coletivo.

Hoje a RCA está mais consolidada em alguns núcleos, especialmente Porto Alegre, Gravataí e Candiota. Em Porto Alegre existe o Assentamento Utopia e Luta e um terreno em processo de concessão pela Secretaria de Patrimônio da União. Em relação à terra, Gravataí encontra-se na mesma situação, sendo que lá se estabelece uma parceria com o Movimento Nacional de Catadores (MNCR), que contribuirá na rede com suas práticas e debates. Em Candiota existe um grupo inicial de 20 pessoas cuja formação iniciou-se entre 28 e 30 de setembro e a terra está em vias de repasse pelo município. Existem, ainda, possibilidades concretas em outros municípios como Livramento, São Gabriel, Quaraí, Pedro Osório, Aceguá e São Borja.

Acompanhe pelos sites: ongcidade.org e praticasdemonar.wordpress.com

Aniversário



Cidade completa 25 anos

No dia 17 de maio de 2013 o Cidade celebrou seus 25 anos. Na origem, a entidade foi constituída para atuar junto às comunidades, sem vínculos com o estado ou partidos políticos. Em meio à retomada constante dos sonhos de cidades mais justas e democráticas, a celebração dos 25 anos foi uma oportunidade de rever os sócios fundadores e os novos aliados, relembrar e avaliar a trajetória.

Nesta ocasião dedicamos especial atenção às memórias. Criamos um espaço para que elas aparecessem: as Crônicas do Cidade, publicadas periodicamente no site. Elas vêm desde antes da fundação, tais como os relatos da "pré-história do Cidade", por João Rovati, e avaliação de que, como Sérgio Baierle, entramos para o Cidade "muito antes dele existir", passando pelos primeiros tempos dos fins da ditadura formal e do sonho de uma cidade igualitária. Pela expulsão do OP com direito a encenação melodramática do secretário de governança, pelos cuidados com o acervo e até pelo cotidiano que marcou a vida de quem passou por ali, como a fundamental presença de bom café, o cheirinho da cera do piso e as horas de boas conversas.

Apesar de falarem do passado, as memórias sempre apontaram rumos, reafirmando a história de luta no chão das cidades, mantendo vigorosas algumas poucas certezas que construímos durante as duas décadas e meia de existência. Como em Mariategui, continua valendo "a ideia germinal, concreta, dialética, operante, rica em potência e capaz de movimento".

Agradecemos a todos pelas histórias que compartilhamos nestes 25 anos e, de antemão, a todos que se dispõem à continuidade e a construir novas. Seguimos firme, sem perder a ternura jamais!



O Cidade trabalha na luta pela garantia dos direitos no contexto da crítica dos megaeventos em conjunto com o Comitê Popular da Copa de Porto Alegre, mantém seu acervo e memória do Orçamento Participativo e desenvolve trabalho de base e assessoria a entidades que compõe o jovem projeto da Rede de Comunidades Autogestionárias.

Valor

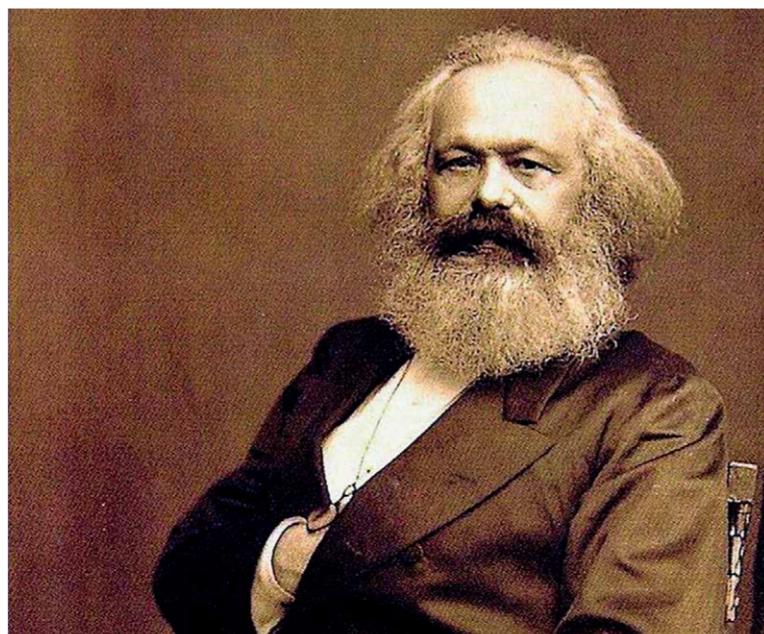
Marx, a questão da moradia e a RCA

A mercantilização da moradia gera um sofrimento social que tem de ser levado às últimas consequências.

De quando em quando, volta à baila o velho Karl Marx, com seus achados atualíssimos do século XIX. Ele nos fez entender que, se dissermos que uma casa vale cem mil reais, dificilmente percebemos que estamos naturalizando um absurdo. Não que ela não valha na realidade, mas porque a própria realidade só é concreta como ideologia. Daí o leitor, muito interessado, pergunta: mas como assim? Ora, é espantoso o que a mera enunciação de algo aparentemente tão prosaico implica em termos sociais e culturais.

Primeiro de tudo, é de se estranhar que muitos têm abandonado o ataque às questões fundantes do capitalismo para gerir a pobreza sob a batuta da esvaziada e achatada "autogestão". As justificativas vão do idealismo (esvaziamento do conceito de classe) ao senso comum. Para os menos cínicos a justificativa é pragmática: vamos botar pra fazer! Não é de se estranhar que a garantia da continuidade da luta social depende da posição do gatto-pardo: "tudo deve mudar para que tudo fique como está".

Mas somos teimosos, no mau sentido. Começamos um pouquinho antes de a casa "valer" alguma coisa. Não é possível comparar as qualidades de uma casa às de um cavalo, por exemplo. Mas, estranhamente, podemos afirmar quantas casas populares "valem" um cavalo de raça. Para comparar dois elementos com qualidades e usos tão distintos é preciso um terceiro elemento que sirva como referencial: o dinheiro. É preciso dizer que uma casa vale "tanto" de algo e, em seguida,



dizer "quanto" deste algo um cavalo vale, atribuir-lhe um "valor". O dinheiro não é o vilão, é só, digamos, a manifestação do "espírito" do vilão – o valor.

Ambos, casa e cavalo, possuídos pelo "espírito" (o valor – manifestação do que elas têm em comum), já se tornaram mercadorias antes de circularem no mercado. Quando chegamos ao valor, um coágulo do tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de algo, temos mercadorias. O valor é o segredo do capitalismo e da sua superação – e isto independe da presença do patrão, do estado ou do império. A forma radical a ser combatida mora dentro de cada um de nós: precisamos criar condições materiais para que o combate lá dentro aconteça de fato e para que, chegado o momento, superemos nossa contradição de produtores individuais de mercadorias dominados pelo seu movimento autônomo. A tendência, porém é que a lógica do valor sempre opere até o fim.

Seu limite de valorização hoje é o limite ambiental do planeta.

Voltando para o chão das cidades, o problema é que a mercantilização da moradia é absolutamente contraditória com a lógica do direito e isto gera um sofrimento social que tem de ser levado às últimas consequências. Se uma moradia vale cem mil, possuir cem mil é a condição para o acesso ao direito, venha ele através do estado ou do próprio bolso. Esta situação indica que, realmente, não estamos preparados para romper com o capitalismo agora, pois o sofrimento social ainda não logrou sobrepor à lógica do direito às outras.

Este é parte do contexto em que propomos o projeto da Rede de Comunidades Autogestionárias (RCA). Obviamente, trata-se da reorganização da resistência urbana. Entendemos que não superaremos ou abandonaremos o capitalismo por meio da RCA. Buscamos isto sim, criar as condições de resistir imediatamente à dominação do vivo pelo morto, como diria Marx.

Drops

● CIDADE na Conferência das Cidades



Nos dias 24 e 25 de Maio, a Câmara de Vereadores de Porto Alegre foi sede de uma das etapas preparatórias para a 5ª Conferência Nacional das Cidades, a Etapa Municipal – Porto Alegre. Em parceria com a COOPSUL, o CIDADE colocou

em pauta a propriedade coletiva no GRUPO 3 e, com o Comitê Popular da Copa, participamos do GRUPO 2. Também entre 15 e 17/08 aconteceu a Conferência Estadual das Cidades, na qual o CIDADE desenvolveu o debate sobre novas maneiras de produzir cidade em conjunto com a COOPSUL e apoiou a eleição de 2 delegados para a etapa nacional.

● Projeto Rede de Comunidades Autogestionárias



No dia 20 de julho de 2013 aconteceu o primeiro encontro do projeto "Rede de Comunidades Autogestionárias", na sede do FTIA/RS, em Porto Alegre, promovido pelo CIDADE, juntamente com Amigos da Terra, COOPSUL (Cooperativa Solidária Utopia e Luta), NEA/UFRGS (Núcleo de

Economia Alternativa), ITCP/UFRGS e RODA da Agroecologia. Na apresentação do Projeto, alguns dos envolvidos na sua construção falaram sobre temas específicos como projeto de Arquitetura e Urbanismo, Ambiente e Trabalho Social. Logo após, formou-se uma mesa para falar dos desafios que o projeto enfrentará frente à institucionalidade, que contou com a presença de Carlos Schmidt (NEA e ITCP/UFRGS), Cecília Hypólito (coordenadora macrorregional da SEPLAG/RS e Fórum de Governo da Região Sul), Maria das Graças (coordenação da União Nacional por Moradia Popular – UNMP), Evaniza Rodrigues (Caixa Econômica Federal) e Adriano Castro dos Santos (Prefeitura de Candiota).

● Pesquisa nacional sobre práticas autogestionárias



Está sendo realizada uma pesquisa sobre a produção habitacional através do financiamento do Programa Minha Casa Minha Vida e outros financiamentos, através de parceria entre a FUNDAÇÃO BENTO RUBIÃO; IPPUR/RJ-OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES e FINEP.



Integrantes da Fundação estiveram em Porto Alegre nos dias 04 a 06 de outubro, realizando a Oficina sobre Produção Habitacional nos Programas Crédito Solidário e MCMV-Entidades na Região

Sul, com o objetivo de avaliar a produção habitacional de interesse social em curso no país, no que se refere a projetos de arquitetura e de desenho urbano, bem como de Trabalho Técnico Social, desenvolvidos nos Programas Crédito Solidário e Minha Casa, Minha Vida Entidades visando produzir impactos qualitativos nos projetos.

● Rede ULACAV



Nos dias 24 a 26 de outubro, aconteceu o XIX ENCONTRO DA REDE ULACAV (Rede Universitária Latino-americana de Cátedras de Vivenda), em Pelotas, cuja temática foi "Universidade e Políticas de Vivenda: como formar recursos humanos para a prática

profissional na produção do hábitat", onde o assessor técnico do CIDADE, Felipe Drago, apresentou o Projeto da Rede de Comunidades Autogestionárias. Dividiram a mesa com ele Caio Santo Amore (Peabiru), Alessandra Brito (FEEVALE), Eduardo Speggorin (GIDUR/CEF), Thiago Holzmann (IAB) e Marina (EMAV).